

MÁRCIO SELIGMANN-SILVA

A construção da memória do terror na Argentina

MÁRCIO SELIGMANN-SILVA é professor de Teoria Literária na Unicamp e autor de *Ler o Livro do Mundo*. *Walter Benjamin: Romantismo e Crítica Poética* (Illuminuras), *Adorno* (PubliFolha) e *O Local da Diferença* (Editora 34).

Memoria en Construcción – el Debate sobre la Esma, de Marcelo Brodsky, Buenos Aires, La Marca, 2005, 232 pp.



Poucos livros hoje em dia conseguem ter tanto impacto sobre seus leitores como *Memoria en Construcción*, publicado na Argentina em novembro de 2005 (editora La Marca). O organizador do livro é o conhecido fotógrafo e artista Marcelo Brodsky, que tem atuado nos últimos anos nas discussões em torno do pesado legado do passado da ditadura militar argentina de 1976-83. Brodsky não só perdeu um irmão nas mãos dos militares e teve ele mesmo que se exilar na Espanha, como soube transformar essa experiência traumática em ímpeto para enfrentar as forças do esquecimento que pairam na Argentina desde 1983. Ele é uma das principais cabeças por detrás do Parque da Memória, que está sendo construído em homenagem às vítimas daquela ditadura às margens

do Rio da Prata (o local onde milhares de “desaparecidos” foram despejados para ocultar seus cadáveres e assim apagar os rastros do crime hediondo).

Na Argentina, a lei del Punto Final (nº 23.492 de 12/1986), que limitou o período de acusação dos envolvidos na repressão militar a apenas 60 dias, teve as suas drásticas conseqüências radicalizadas com a Ley de Obediencia Debida (7/1987), que isentou de culpa todos os militares inferiores a general-de-brigada. O governo Kirchner recentemente revogou essas leis. As lutas persistentes das “Madres de Plaza de Mayo”, entre outros grupos de resistência ao esquecimento oficial, são responsáveis por essa reviravolta.

É nesse contexto que o livro de Brodsky se insere. O subtítulo do livro deixa claro do que ele trata: “*El debate sobre la Esma*”. A Esma é a Escuela Mecánica de la Armada e foi o maior dos 520 campos clandestinos de detenção que atuaram durante a ditadura no serviço de aterrorizar e eliminar os oponentes do regime. Cerca de cinco mil dessas pessoas passaram pela Esma. Em 2004 o atual governo fez um acordo com a cidade de Buenos Aires, no qual estabeleceu a transformação do prédio da Esma e de sua área em um “espaço para a memória e a defesa dos direitos humanos”. O documento com esse acordo, que se encontra como um anexo no livro, descreve as atrocidades que ali foram cometidas. Além disso, deixa claro o projeto educacional baseado na “memória do mal”, que no futuro será apresentado aos visitantes da Esma. Não por acaso esse projeto recorda o que aconteceu após a Segunda Guerra Mundial na Alemanha (e em seus campos de concentração na Polônia e em outros países), onde os espaços do terror foram aos poucos sendo transformados em museus e “monumentos”. “Monumento” vem do latim *monere*, advertir, exortar, lembrar. A mensagem iluminista que dá força a esses projetos tem por lema a frase “Nunca mais!”.

A sociedade argentina mostra-se, assim, participante dos debates internacionais sobre os direitos humanos. Nunca se discutiu tanto sobre o respeito ao “outro”, às minorias, aos direitos fundamentais e também à justiça. Nossa “cultura da memória” tem por base essa reavaliação do passado. O processo político argentino permitiu, de modo exemplar, que os militares responsáveis pela ditadura estejam sendo levados aos tribunais. O pacto social não significou um enterro das injustiças do passado, como parece ser o caso do Brasil, mesmo na era Lula. Não abrimos sequer os tristes arquivos da nossa ditadura (1964-85).

Mas é verdade que em São Paulo o Dops (Departamento de Ordem Política e Social), órgão repressor do período ditatorial, que funcionava na antiga estação Júlio Prestes, também foi entregue à população paulista e transformado em Estação Pinacoteca, um anexo da Pinacoteca do Estado. A diferença é que a ditadura na Argentina fraturou muito mais profundamente aquela sociedade. O debate aqui em torno da memória da ditadura não pode ser comparado ao que aconteceu no nosso país vizinho. A discussão em torno da Esma reflete a dimensão da violência que foi exercida então pelos militares. Calcula-se que cerca de 30.000 pessoas desapareceram nas mãos do Estado durante a ditadura naquele país. Cerca de 300.000 argentinos tiveram que se exilar. As dimensões dessa violência levaram Maria Seoane, uma das participantes no livro, a se perguntar por que os militares fizeram isso: “Por que a política de extermínio e não a tentativa de submeter os opositores à obediência?”.

Se uma das características do terror militar foi a de apagar suas marcas e vestígios (o último presidente da ditadura, Reynaldo Bignone, ordenou a destruição de todos os documentos que comprometessem o regime militar), cabe agora, no espaço da Esma, apresentar aquilo que se tentou borrar. Em visita recente a Buenos Aires, por ocasião do lançamento desse livro de Marcelo Brodsky, tive a chance de visitar a Esma. O prédio mais sinistro é o chamado “Casino de Oficiais”, o dormitório do complexo

militar. Nesse prédio, os prisioneiros eram torturados e mantidos presos. Partindo dele muitos foram carregados diretamente para os vãos sobre o Rio da Prata para desova dos corpos. Esse prédio tem as marcas das reformas que foram feitas nele para ocultar as marcas do crime. Escadas e paredes foram destruídas. Uma espécie de parede falsa foi construída para ocultar o principal acesso ao porão, onde funcionavam as salas de tortura. Esse “casino” foi assim reformado por causa de uma visita da Comissão Internacional de Direitos Humanos em 1979, que havia sido formada após denúncias sobre as torturas que ali estavam sendo praticadas. Essa maquiagem está mantida e assim deve ficar, como testemunho das tentativas dos militares de colocar a sujeira “para baixo do tapete”.

O livro tem três partes. Na dedicada aos ensaios apresenta a história da ditadura, reflexões sobre a Esma e seu futuro como centro de memória. A parte dedicada às obras de arte contém dezenas de trabalhos de artistas argentinos que têm por tema a violência da ditadura. Essa é sem dúvida uma das seções mais surpreendentes do livro. A diversidade e a qualidade de muitas das obras refletem os esforços de uma cultura que levou muito adiante os desafios de se representar o horror: justamente uma das questões mais delicadas de se retratar quando ele cortou na nossa própria carne. Muitos artistas representados trabalham com intervenções urbanas, como o Grupo de Arte Callejero (GAP) e o Grupo Escombros. Os trabalhos individuais são marcados por estilos que vão do expressionismo ao trabalho mais conceitual (como é o caso de Diana Aisenberg). Como não poderia deixar de ser, a fotografia tem um papel fundamental nessa arte de lembrar os “desaparecidos”.

A terceira parte contém textos e fragmentos sobre a memória da ditadura, a relação entre arte e memória e a questão da transformação da Esma em museu. Autores importantes, como Horácio Gonzalez, Pilar Calveiro, Enzo Traverso e Hebe de Bonafini somam seus esforços em torno de um debate sutil. Se existe uma preocupação em não se “musealizar” o passado, em manter a

memória do mal como uma memória ativa, algumas propostas, como a das “Madres de Plaza de Mayo”, chegam a negar totalmente a necessidade de se recordar o passado nesse local e propõem aproveitar o espaço para a criação de escolas de arte para crianças carentes.

Além do prédio do “casino” (que deve ser mantido como está, praticamente vazio e preenchido apenas por placas que identificam os locais e com trechos de falas de testemunhos de sobreviventes da Esma) existem outros edifícios que poderão abrigar museus e centros de pesquisa de questões relacionadas aos direitos humanos. O livro tem como um de seus trunfos o fato de trazer diversos pontos de vista e a opinião de diferentes grupos de interesse (sobreviventes da Esma, mães de desaparecidos, artistas, intelectuais, etc.). Ele aposta na memória como sendo sempre plural e estando em constante processo de construção.

As 14 primeiras páginas do livro são totalmente negras. Podemos ver nelas uma metáfora do caminho que percorremos para nos aproximar desse passado que representa as páginas negras e prenhes de morte da história daquele país. Ou ainda, recordar a obra *Quadro Preto sobre Fundo Branco*, de Kasimir Malevitch, um ícone da arte contemporânea, que nos remete aos desafios estéticos do século XX. Em seguida, vemos uma seqüência de fotos de pessoas que foram presas na Esma. Essas fotos, que haviam sido devidamente separadas para serem destruídas, foram salvas ainda durante a ditadura por Victor Melchor Basterra, um fotógrafo prisioneiro que trabalhava como “escravo” dos militares no “casino”. Ele era obrigado a fotografar muitos dos próprios verdugos para realizar documentos falsos. Victor

conseguiu contrabandear, arriscando a própria pele, muitas dessas fotos de carrascos. Ele conseguiu também esconder nas suas roupas íntimas negativos com as fotos de prisioneiros.

Assim, Marcelo Brodsky encontrou entre essas fotos a de seu irmão, Fernando Ruben Brodsky. Prova irrefutável de sua passagem pela Esma. Como escreve Guido Indij, na sua nota do editor, essas fotos “são o texto principal deste livro”. Na maior parte delas, nas legendas, após o nome do fotografado, lemos as palavras: “continua desaparecido”. A partir dessas imagens de prisioneiros e de desaparecidos e de sua interpretação como inscrições, como traços e vestígios que comprovam a existência e o desaparecimento dessas pessoas, todo o livro e todo o debate ganham sua devida dimensão. Como as quatro fotos realizadas por Alex, um prisioneiro de Auschwitz, que são as únicas realizadas durante a guerra, que representam a incineração em massa dos judeus pela máquina assassina nazista, essas imagens “tiradas” por Victor de dentro do inferno têm um valor inestimável.

A memória só se articula a partir do presente e de determinados lugares. O livro *Memoria en Construcción* parte do nosso presente e do local da memória da ditadura na sociedade argentina hoje. Ele parte também da Esma e da necessidade de se ocupar esse lugar com os olhos voltados tanto para o passado, como para o presente e para o futuro. As fotos dos desaparecidos a um só tempo emolduram o livro e constituem seu próprio núcleo. Elas falam de um passado que não passa e de um imperativo presente: um dever de memória. Fica no ar a proposta de se declarar a Esma patrimônio histórico da humanidade. Nós brasileiros deveríamos apoiar essa idéia.